

Encontro dá bom resultado

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, disse ontem que o encontro com os embaixadores do Grupo dos Sete (o quarto desde o ano passado), foi muito positivo. Eles disseram, segundo seu relato, que o reescalonamento de créditos já renegociados não é usual, mas reconheceram que, diante das dificuldades brasileiras, seria uma carga muito pesada do ponto de vista fiscal. O ministro lembrou que um encontro semelhante com os embaixadores, às vésperas do acordo com o FMI, teve um bom efeito nas negociações com o fundo.

O encontro promovido pelo ministro faz parte da estratégia do Governo brasileiro para convencer os principais interlocutores no processo de renegociação da dívida externa. A proposta é apresentada simultaneamente pelas embaixadas do Brasil junto aos demais países credores e no Clube de Paris. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, que também participou do café da manhã, segue hoje para o Japão, mas nos dias 24 e 25 será o chefe da delegação brasileira

que irá discutir oficialmente, em Paris, a proposta brasileira. Também participaram do café da manhã o secretário-geral de política Exterior, embaixador Marcos Azambuja, e assessores graduados dos Ministérios da Economia e das Relações Exteriores.

Dois importantes passos estão sendo dados como demonstração de interesse na normalização das relações com a comunidade financeira internacional. O primeiro é o pagamento de parte dos 8,4 bilhões de dólares de atrasados para com o Clube de Paris. O ministro Marcílio disse que será "uma quantia pequena", a ser acertada na reunião dos dias 24 e 25 em Paris. A segunda iniciativa do Brasil foi acertar com a Polônia o refinanciamento dos créditos junto àquele país. Esses créditos são decorrentes de exportações brasileiras não honradas pela Polônia e financiadas pelo Tesouro Nacional, operação que ficou conhecida como o escândalo das polonetas.

Na negociação com a Polônia, na qualidade de credor dentro das regras do Clube de Paris, o Brasil está dando um desconto de 50 por cento do principal da dívida. Com o desconto, o Brasil terá um saldo a receber de cerca de dois bilhões de dólares.